

XX CONFERÊNCIA DOS PRESIDENTES

Das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia

Guadalupe, 5 e 6 de Fevereiro de 2015

DECLARAÇÃO FINAL

A XX Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas (RUP), reunida em Basse-Terre, na Guadalupe, a 5 e 6 de fevereiro de 2015, sob a presidência de Victorin Lurel, Presidente da Região da Guadalupe, adota a seguinte Declaração Final:

REAFIRMA o alcance do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia como base jurídica específica e autónoma para adaptar a aplicação do direito da União Europeia a todas as Regiões Ultraperiféricas.

MANIFESTA séria preocupação sobre o recorrente desfasamento existente entre as possibilidades inerentes ao artigo 349.º do TFUE e a inadequação de certas políticas europeias em relação às RUP.

CONTINUA extremamente preocupada por um desemprego estrutural e agravado cujas consequências alteram de forma permanente a coesão social destas regiões.

CONSIDERA decisivo o desenvolvimento do eixo social, introduzido em 2012, na estratégia da União Europeia em favor das RUP, nomeadamente no quadro da luta contra o desemprego.

ENTENDE que as repostas dadas pelo Fundo Social Europeu (FSE) e pela Iniciativa Emprego Jovem (IEJ) continuam insuficientes e, em consequência, solicita a criação de um instrumento específico de financiamento para as RUP visando a promoção de emprego, em particular para os jovens.

RECORDA a criação da Rede Emprego RUP, por iniciativa destas Regiões, tendo por objetivo central, entre outros, a adoção de um Plano Choque para a criação de emprego o qual carece de um apoio operacional e financeiro específico da Comissão Europeia.





REITERA o carácter prioritário que atribui à redução do défice de acessibilidade das RUP através do conjunto das políticas europeias, designadamente, dos transportes aéreos e marítimos, a concorrência, o ambiente, a energia, as tecnologias de informação e comunicação, a política marítima e a política de coesão.

SOLICITA uma atenção reforçada, por parte de todas as Instituições Europeias, no sentido de minorar o isolamento das Regiões Ultraperiféricas e pugna por ações coordenadas que tenham em conta as suas fragilidades conforme aos princípios da igualdade de oportunidades e da coerência territorial.

CONVIDA a Comissão a fazer, com brevidade, um ponto de situação do impacto da legislação europeia no domínio da acessibilidade, acompanhado de recomendações que permitam às Regiões Ultraperiféricas dispor de um quadro jurídico e financeiro coerente e propício a romper com esse isolamento.

SUBLINHA a necessidade de, considerando a grande vulnerabilidade destas regiões, desenvolver o eixo horizontal da luta contra as alterações climáticas previsto na Estratégia renovada.

RECORDA o compromisso da Comissão Europeia, assumido na sua comunicação de 2012, de elaborar um estudo conjunto, com as RUP e dos seus Estados, visando a melhor forma de financiar as energias renováveis e a eficácia energética.

REAFIRMA o objetivo último da redução da dependência de energias fósseis e SOLICITA à Comissão que estabeleça e reforce as políticas públicas permitindo uma transição ecológica e energética que tenha em conta as especificidades das RUP.

SUBSCREVE os objetivos de crescimento e de emprego do Plano Juncker e alerta que é indispensável ter em consideração a realidade da Ultraperiferia.

CONVIDA ao estabelecimento de um diálogo específico com a Comissão Europeia tendo em vista conferir uma dimensão regional ao referido Plano, adaptada ao ambiente económico e financeiro das RUP.



TOMA NOTA do quadro jurídico adotado no domínio da cooperação e manifesta a sua preocupação perante a fragilidade das orientações da Comissão Europeia para facilitar a conclusão de projetos FED/FEDER, lamentando a ausência de progressos em matéria de harmonização de normas.

SOLICITA a implementação de soluções flexíveis para concretizar a cooperação inter-regional entre as RUP.

SUBLINHA a necessidade de flexibilizar, através de mecanismos apropriados e adaptados, a participação das RUP nas iniciativas e nos programas horizontais europeus, nomeadamente Horizonte 2020, COSME e EaSI.

INSISTE, no quadro da avaliação do dispositivo POSEI, a necessidade de manter, por um lado, o carácter específico da agricultura das nossas regiões e, por outro lado, a atual abordagem descentralizada do método de programação.

EXPRIME forte preocupação perante as grandes incertezas que pendem sobre o futuro das fileiras agrícolas no contexto da liberalização dos mercados, em particular o fim das quotas leiteiras, em março de 2015, e das quotas do açúcar, em setembro de 2017.

ALERTA para os graves impactos ligados à supressão do regime de quotas leiteiras que já se fazem sentir nos Açores, nomeadamente a descida do preço à produção.

DEPLORA a inexistência, até à data, de uma antecipação, ou seja, de soluções concretas, aceitáveis na base do artigo 349.º do TFUE, e considera prioritário restaurar a confiança dos profissionais destes setores, garantir os seus rendimentos, preservar os seus empregos e manter a competitividade das fileiras.

SOLICITA, urgentemente, à Comissão Europeia, ao Conselho e ao Parlamento Europeu a definição de mecanismos reguladores e um apoio financeiro excecional ao conjunto das fileiras agrícolas das RUP confrontadas com a liberalização dos mercados.



CONSTATA que no domínio da pesca a ação da União Europeia em relação a países terceiros configura um bloqueio ao desenvolvimento deste setor nas RUP.

SOLICITA a valorização do potencial excepcional da pesca nas RUP de modo a fomentar um verdadeiro setor económico, criador de emprego.

CONVIDA a Comissão Europeia e os Estados Membros a aplicar de forma adaptada a legislação europeia e nacional que permita às RUP mobilizar os fundos europeus disponíveis para recuperar o atraso em equipamentos estruturantes necessários à gestão sustentável da água e dos resíduos.

SUBLINHA a importância do instrumento Auxílios de Estado para as RUP e SOLICITA à Comissão Europeia que aprove rapidamente o IV Regime para a Zona Franca da Madeira.

TOMA NOTA da prorrogação do dispositivo octroi de mer até 30 de junho de 2015; nota que o regime terá uma validade de 5 anos e 6 meses e lamenta a sua duração limitadas, dado o carácter permanente e estrutural dos constrangimentos inerentes à ultraperiferia.

SUBLINHA a necessidade de estabilizar o novo dispositivo que sucederá ao octroi de mer considerando os desafios de desenvolvimento económico e de manutenção do emprego nas RUP.

LAMENTA o carácter penalizador do tratamento discriminatório, nomeadamente no quadro da política de coesão, aplicado a Saint-Martin e a Maiote face às outras regiões europeias.

RECORDA que, no quadro da revisão do regulamento relativo à Nomenclatura NUTS, Saint-Martin e a Maiote tornar-se-ão regiões europeias de nível NUTS II; conseqüentemente, é imperativo implementar os instrumentos necessários à produção de dados estatísticos.

REIVINDICA, neste contexto, o direito a beneficiar dos fundos nas mesmas condições que as demais regiões europeias.

ENCORAJA a continuidade da parceira tripartida Comissão-Estados Membros-RUP que se revelou pertinente e eficaz perante a necessidade de ter em conta a realidade das RUP.

SUBLINHA a elevada importância do espírito e do diálogo de parceria estabelecido com a Comissão Europeia.

ACORDA que a Região Autónoma da Madeira assegura a próxima presidência anual da Conferência dos Presidentes das RUP.

Assinado em Basse-Terre, Guadalupe, a 6 de fevereiro de 2015, em nove exemplares originais, seis em língua francesa, dois em português e um em espanhol.

Regiões Europeias Ultraperiféricas

AÇORES

CANÁRIAS

GUADALUPE

GUIANA

MADEIRA

MARTINICA

MAIOTE

REUNIÃO

SAINT- MARTIN



Anexo à Declaração Final

Os Presidentes das Regiões Ultraperiféricas tomam nota do impedimento do Presidente do Departamento de Maiote, Daniel Zaïdani, de participar, por motivos alheios a sua vontade, na XX Conferência dos Presidentes.

A Conferência mandata o Presidente do Conselho Regional de Guadalupe de transmitir ao Departamento de Maiote os originais desta Declaração Final para recolha da assinatura do seu Presidente.

O Conselho Regional de Guadalupe, uma vez assinados os documentos, reenviá-los-á aos Presidentes das demais Regiões Ultraperiféricas.

AÇORES

CANÁRIAS

GUADALUPE

GUIANA

MADEIRA

MARTINICA

REUNIÃO

SAINT- MARTIN

Regiões Europeias Ultraperiféricas

